

# FEDERALISMO



*Governo anuncia novas medidas que afetam os municípios: mudanças do Programa Mais Médicos, política pública fundamental para garantir o atendimento médico da população, que passará a se chamar “Médicos do Brasil”, e cortes no Censo 2020, que podem trazer dificuldades para o planejamento das prefeituras.*

## Desmonte do Estado afeta municípios

O programa Mais Médicos foi criado pela ex-presidenta Dilma e pelo então ministro Alexandre Padilha, em 2013, com a participação de médicos e médicas brasileiros com diploma, estrangeiros e brasileiros formados no exterior sem revalidação de diploma, garantindo atendimento médico a milhões de pessoas que não tinham acesso, principalmente nas periferias e cidades distantes dos grandes centros urbanos.

A medida atendia à época a solicitação de prefeito(a)s e suas entidades, uma vez que, apesar de pagar muitas vezes salários altíssimos, as prefeituras das periferias das regiões metropolitanas e as cidades afastadas dos grandes centros urbanos não conseguiam contratar médicos e médicas.

O programa foi viabilizado pelo convênio estabelecido entre o Ministério da Saúde do Brasil e a Organização Panamericana de Saúde (Opas) que possibilitou a vinda de profissionais de saúde cubanos para trabalhar na atenção básica. Em 2015, correspondiam a 63% do total de profissionais do programa.

Dessa maneira, um contingente de 18.240 profissionais originários de Cuba trabalharam em 4.058 municípios (73% dos municípios brasileiros) e 34

distritos indígenas, garantindo atendimento a 63 milhões de pessoas que não tinham acesso ao atendimento médico.

O programa foi altamente exitoso, ampliando o atendimento médico em cerca de 33% e em 32% as visitas domiciliares, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU). E garantiu atendimento em regiões que antes não tinham nenhum acesso ao serviço médico. Exemplos não faltam. Na revista feita pela Associação Brasileira de Municípios (ABM) sobre o Mais Médicos, em 2015 houve casos como o do médico cubano Abel Peres, que passava uma semana em um barco para atender uma comunidade quilombola do município de Novo Airão (AM).

Após a eleição de Bolsonaro e suas ameaças a Cuba, a Opas rompeu o convênio e os médicos e médicas cubanos saíram do programa, deixando milhões de pessoas sem atendimento em milhares de municípios. Cerca de oito mil profissionais deixaram o programa.

Desde então, o governo vem abrindo editais para contratar médicos brasileiros e estrangeiros, mas as vagas, além de não totalmente preenchidas, apresentam alto grau de desistência.

Segundo a imprensa, cerca de dois mil profissionais de saúde nascidos em Cuba ficaram no Brasil, mas não podem exercer a medicina e por isso estão buscando ganhar a vida como podem. O governo diz que está vendo formas de contratá-los e já anunciou portaria que permite a cubanos e cubanas que atuaram no Mais Médicos solicitar autorização de residência no país por dois anos, renovável por prazo indeterminado. O Ministério da Saúde disse que está estudando como permitir que voltem a exercer a medicina no Brasil, mesmo o presidente Bolsonaro tendo questionado, após eleito, a qualificação dos médicos e médicas cubanos: "... porque não temos qualquer comprovação de que sejam médicos."

O Deutsche Welle, com dados obtidos no próprio ministério através da Lei do Acesso à Informação, anuncia que 705 municípios continuam sem médicos, deixando mais de seis milhões de pessoas sem atendimento de saúde no país, em função das 2.147 vagas não preenchidas no programa. Esses são os dados do ministério, não de pesquisa nos municípios, o que poderia resultar em dados ainda mais alarmantes, uma vez que há vagas não repostas e desistências não contabilizadas pelo ministério.

A situação dos municípios agrava-se, pois, sem os médicos e médicas do programa passam a gastar muito mais, uma vez que, quando conseguem contratar pagam, muitas vezes, principalmente nas cidades mais afastadas, salários de mais de vinte mil reais, chegando a mais de 35 mil reais mensais, onerando ainda mais os combalidos cofres municipais. Mesmo assim, sem conseguir repor as vagas do programa.

Além disso, o atendimento à população tem pioras visíveis, como a redução de equipes de saúde da família que passaram de 43.735 equipes que atendiam 135.251.320 pessoas, em outubro de 2018, para 42.719 equipes que atendiam 132.305.093 pessoas em maio de 2019, segundo o UOL.

### **Mudanças vão custar mais, com eficácia duvidosa**

Na última semana de julho, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse que o governo deve anunciar mudanças no programa, que passará a se chamar Médicos pelo Brasil.

Entre as mudanças anunciadas estão:

- contratação pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e não mais como bolsistas;
- aumento dos valores pagos e diferenciação por região;
- possibilidade de bônus por desempenho;
- necessidade de realização de exames para admissão no programa.

A expectativa é, dessa maneira, aumentar os gastos do governo com o programa.

A mudança será gradativa, na medida em que os atuais contratos do Mais Médicos forem se extinguindo. Portanto, os dois sistemas funcionarão concomitantemente, segundo Mandetta.

### **Governo muda e piora Censo 2020**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o questionário a ser aplicado no Censo de 2020. O corte anunciado de 25% no orçamento da instituição e a redução do questionário deixaram as prefeituras extremamente preocupadas.

Segundo anúncio, o questionário a ser aplicado em 71 milhões de domicílios conta com nove blocos com 26 questões e o questionário por amostra, a ser aplicado em 7,1 milhões de domicílios, terá dezessete blocos com 76 questões, representando 32% de corte nas 112 questões previstas originalmente. O censo de 2010 teve 34 questões e 110 na amostra.

Para as prefeituras, isso pode representar a perda de dados importantes para a elaboração de políticas públicas e de planejamento. Alguns dos itens que preocupam os prefeitos e prefeitas são:

- retirada de perguntas sobre aluguel pode dificultar o planejamento habitacional. Essa dificuldade não será suprida pela pesquisa amostral, pois ela não permite o desdobramento dos dados por regiões ou bairros;
- a retirada de questão sobre a rede de ensino exclui dados importantes para o planejamento educacional;
- ausência de dados sobre imigração e migração também dificulta o planejamento;

as políticas de emprego e renda terão menos dados com a retirada do quesito número de empregos;

- sem dados sobre a presença de bens de consumo no domicílio, bem como com a redução dos dados sobre rendimentos, que passarão a ser referentes apenas à pessoa e não aos demais membros da família, certamente políticas de redução da pobreza e de transferência de renda sofrerão dificuldades de planejamento;

- o fim da caracterização do entorno da moradia

também concorre para dificultar o planejamento de ações e de políticas públicas por parte das prefeituras.

Os prefeitos e prefeitas têm razões para se preocuparem e, assim, devem pressionar o governo e o IBGE para rever tais cortes, permitindo ao país uma visão melhor sobre si mesmo e às prefeituras acesso a dados fundamentais para seu planejamento.

A ABM está solicitando ao IBGE a revisão desse posicionamento e a retomada do questionário tal qual previsto anteriormente.